

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 14 de outubro de 2021 às 08h05*  
*Seleção de Notícias*

## Yahoo! Notícias Brasil | SP

Marco regulatório | INPI

<b>Torcedora cobra valor milionário na Justiça de Bruno Henrique, do Flamengo, por marca 'otô patamá'</b> .....	<b>3</b>
<small>CAPA</small>	

## Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Opinião: Legal, mas imoral? INPI erra ao negar marcas de cânhamo</b> .....	<b>4</b>
<small>CONSULTOR JURÍDICO</small>	

## Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

<b>MIGALHAS nº 5.206</b> .....	<b>6</b>
<small>Pirataria</small>	
<b>Brinquedos falsificados: Uma economia que pode custar caro</b> .....	<b>14</b>

# Torcedora cobra valor milionário na Justiça de Bruno Henrique, do Flamengo, por marca 'otô patamá'

CAPA

A torcedora do Josineide Constantino Dantas entrou na Justiça contra Bruno Henrique para impedir o jogador de explorar comercialmente a marca "Otô patamá". No total, ela cobra uma indenização de R\$ 13 milhões. A informação é do site "UOL".

Na Justiça, Josineide argumenta que possui o registro da marca no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Dessa forma, a torcedora alega que apenas ela pode utilizar a marca no comércio de produtos, como roupas e artigos esportivos.

Vale lembrar que a expressão "otô patamá" surgiu em 2019. Naquela oportunidade, Bruno Henrique, em entrevista após uma partida contra o Vasco, afirmou que o Flamengo estava em "outro patamar", e a frase

fez sucesso entre os rubro-negros.

Segundo o UOL, Josineide afirmou que, após ouvir a entrevista do camisa 27, achou que o bordão seria um ótimo nome para uma marca de roupas esportivas. Assim, ela foi ao INPI e fez o registro. No entanto, em agosto, os advogados de Bruno Henrique enviaram uma notificação à torcedora, em que ressaltam que ela "tenta pegar carona" na sua fama.

Ainda na notificação, o atacante revelou ter feito três pedidos de registro da marca no INPI e afirmou que Josineide viola o seu direito à marca. O processo tramita na 1ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem de São Paulo, mas ainda não foi julgado.

## Opinião: Legal, mas imoral? INPI erra ao negar marcas de cânhamo

Por Rafael Arcuri, Henrique Coelho e Marcelo De Vita Grecco

Responsável por um mercado que vale bilhões, a cannabis está cada vez mais presente na vida dos brasileiros. Os usos medicinal e industrial já são legalizados no Brasil, o que nos permite comprar medicamentos e roupas dentro do país. Apesar disso, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) insiste em afirmar que signos relacionados à cannabis ofendem a moral e os bons costumes - o que impede seu registro enquanto marca.

A cannabis passa por uma era de ouro nas Américas. Em 2013 o Uruguai legalizou o uso recreativo e foi um caminho sem volta. De lá para cá, a planta foi legalizada em Chile, Paraguai, Argentina, Colômbia, México e, mais importante, nos Estados Unidos. Em 2018, o governo conservador de Donald Trump, por meio da articulação de um senador republicano, também conservador, sancionou o Farm Bill de 2018, legalizando a nível federal o cânhamo nos EUA. A partir daí, o mundo retomou sua atenção para a planta.

No Brasil, desde 2015 a **Anvisa** avança na regulação da cannabis medicinal. Graças a esses avanços, hoje os brasileiros podem importar medicamentos com CBD e THC ou, ainda, comprar esses produtos nas farmácias nacionais. Ao mesmo tempo, os tecidos feitos com fibras de cânhamo nunca foram proibidos e várias marcas, como Levi's, Osklen, Reserva, Adidas e Hempstee, já os comercializam sem problemas.

Contudo, mesmo com a legalização da cannabis medicinal e do cânhamo industrial, o **INPI** insiste em afirmar que marcas que usam expressões como "cânhamo" ofendem a moral ou bons costumes.

O primeiro paradoxo que surge é o seguinte: como é possível que determinados produtos sejam, ao mes-

mo tempo, legais e imorais? Ainda, imorais não apenas como efeito retórico, extrajurídico. Imorais gerando a ilegalidade de um ato perante o Estado.

Esse foi o caso do pedido de registro nº 908082029, da marca TheHemp Company, que teve o seu registro negado com a seguinte fundamentação:

"A marca reproduz expressão equivalente em português a "companhia do cânhamo (maconha)", irregistrável de acordo com o inciso III do Art. 124 da LPI. Art. 124 - Não são registráveis como marca: III - expressão, figura, desenho ou qualquer outro sinal contrário à moral e aos bons costumes ou que ofenda a honra ou imagem de pessoas ou atente contra liberdade de consciência, crença, culto religioso ou ideia e sentimento dignos de respeito e veneração".

Enquanto conceitos jurídicos, "moral" e "bons costumes" são vagos e com grande carga conotativa, sendo difícil delimitar, a priori, o que eles descrevem. Contudo, com o processo de legalização da cannabis no Brasil, com sua aplicação no tratamento de doenças refratárias como a epilepsia infantil e seu potencial para a sustentabilidade, é irreal afirmar que esses termos sejam contrários à moral e aos bons costumes. Afirmar que um produto legal, tributado, que salva vidas e é sustentável é imoral gera um ônus argumentativo ao **INPI**. E esse ônus não foi preenchido.

Ao mesmo tempo, temos um segundo paradoxo na atuação do **INPI**, que é a incoerência entre registros diferentes: se esse elemento nominativo é imoral, por que o **INPI** permite alguns registros de marcas e nega outros na mesma condição?

É o caso do processo nº 905829638, da marca mista Cânhamo Canhamo, cujo elemento visual é a folha da cannabis. O processo foi aprovado sem a necessidade de recurso administrativo em outubro de

Continuação: Opinião: Legal, mas imoral? INPI erra ao negar marcas de cânhamo

2015. Já a marca Planet Hemp, referente ao processo nº 820243361, foi deferida após recurso administrativo.

O tratamento diferente a esses casos, que se enquadram na mesma categoria jurídica, excede o que poderia ser considerado como discricionariedade - ainda que esta fosse aplicável à concessão de registros de marcas - e configura clara arbitrariedade.

Dessa forma, temos dois problemas: uma interpretação semântica anacrônica, que ignora o es-

tado de coisas nacional, e, ao mesmo tempo, uma conduta incoerente do **INPI**, que em alguns casos trata o cânhamo como imoral e, em outros, não.

Para o bom funcionamento da nossa economia, a aplicação das regras pela Administração precisa ser, ao mesmo tempo, previsível e racional. Caso contrário, o Brasil permanecerá em um ciclo de atraso econômico criado pelos próprios agentes responsáveis pelo seu desenvolvimento.

## MIGALHAS nº 5.206

Quarta-Feira, 13 de outubro de 2021 - Migalhas nº 5.206.

Fechamento às 09h16.

"Geralmente os dramas da vida humana são mais toleráveis no papel que na realidade."

Machado de Assis

Batatinha frita 1, 2, 3

Poucos dias depois de lançada, uma série coreana da Netflix já virou febre: Round 6 mostra pessoas envolvidas que são convidadas a participar de jogos simples, conhecidos da infância. O prêmio para o vencedor é milionário, e promete livrá-los dos problemas financeiros - mas a derrota pode lhes custar a vida. Mais do que crítica social, a trama traz para o debate questões jurídicas, e mais próximas da "vida real" do que se imagina, como a vulnerabilidade dos dados pessoais. Sobre o tema, conversamos com renomados advogados, especialistas em Direito Digital e criminalistas. ( )

Planeta vs Bolsonaro

Bolsonaro foi denunciado ontem pelo grupo All Rise no Tribunal Penal Internacional, em Haia, por crimes ambientais. O grupo, que tem como lema "Planeta vs Bolsonaro", alega que o presidente está "governando um sistemático e difundido ataque à Amazônia". ( )

Continua a saga

Lewandowski negou seguimento à ação que pedia que Alcolumbre pautasse a sabatina de André Mendonça para a vaga no STF. De acordo com o relator, trata-se de questão interna do Senado. ( )

Interferência na PF

Alexandre de Moraes prorrogou por mais 90 dias o

Inq 4.831, que apura declarações do ex-ministro da Justiça Sergio Moro sobre suposta tentativa de interferência política de Bolsonaro na PF. ( )

CPI da Covid - Prerrogativas

O IBDL - Instituto Brasileiro de Direito Legislativo enviou nota ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, manifestando preocupação com violações às prerrogativas de advogados durante os trabalhos da CPI da Covid. ( )

Imunização de adolescentes

O plenário do STF referendou liminar do ministro Lewandowski reforçando que é competência dos Estados, do DF e dos municípios imunização de adolescentes de 12 a 17 anos contra a covid-19. ( )

Escolha do reitor

Por maioria, o plenário do STF manteve a liberdade do presidente da República em escolher qualquer um dentre os nomes apresentados em lista tríplice por universidade Federal para atuar como reitor. ( )

Direito Ambiental

Lewandowski deferiu liminar e suspendeu dispositivos de lei da Bahia que versam sobre o licenciamento de empreendimentos ou atividades que compreendam as faixas terrestres e marítimas da Zona Costeira. A decisão, que ainda passará pelo referendo do plenário, atende a um pedido da PGR, que alegou invasão da competência legislativa da União. ( )

A hora é agora!

Quer ampliar seus contatos no mercado jurídico? Então a hora é agora. Aproveite a semana de descontos da seção Migalhas Correspondentes e cadastre-se agora. Não fique de fora. ( )

## Reabertura

Comissão da OAB Nacional propõe campanha para reabertura dos fóruns em todo o país, com a presença dos magistrados e a volta das audiências in loco . ()

## "Pacto com o capeta"

Pastor evangélico, Valdemiro Santiago foi condenado em R\$ 35 mil após dizer que o governador da Bahia, Rui Costa, teria feito um "pacto com o capeta". A decisão é da juíza de Direito Indira Fábila dos Santos Meireles, de Salvador/BA, que considerou as palavras escolhidas pelo réu como infelizes e desrespeitosas. ()

## Excesso de exação

A 6ª turma do STJ absolveu titular de cartório do crime de excesso de exação ao considerar que embora o réu possa ter cobrado de forma errônea os emolumentos, o fez por mero erro de interpretação da legislação tributária no tocante ao método de cálculo do tributo, e não como resultado de conduta criminosa. Colegiado também ponderou que depoimentos testemunhais atestaram a higidez da atuação do profissional. O escritório Carneiros e Dipp Advogados patrocina a causa. ()

## \$\$\$

A postura do réu de abrir e fechar contas em seu nome e fazer saques de forma rápida pode indicar a conduta de ocultar patrimônio. Sob este entendimento, o juiz de Direito José Carlos de França Carvalho Neto, da 7ª vara Cível de Santana/SP, deferiu o arresto e bloqueio de ativos financeiros pertencentes a um possível fraudador, pelo sistema Bacenjud, no valor de R\$ 25.947,44. A banca EYS Sociedade de Advogados atua na causa pelo banco requerente. ()

## Prova pericial

Em decisão monocrática, ministro Og Fernandes

manteve decisão do TJ/RJ que determinou a produção de prova pericial, que deverá ser conduzida por profissional da área de estatística, em processo que diz respeito à fraude em concurso no MP. O autor é defendido pelo escritório João Bosco Filho Advogados. (AREsp 1.755.224)

## Gestantes - Trabalho presencial

Na semana passada, a Câmara aprovou o PL 2.058/21, que prevê a volta das gestantes ao trabalho presencial após a imunização contra a covid-19. Sobre o assunto, a advogada Michelle Pimenta Dezidério, do escritório Chediak, Lopes da Costa, Cristofaro, Simões Advogados, diz que a iniciativa é válida e evita a discriminação na contratação de mulheres por receio de uma eventual gestação. ()

## Migas

1 - STJ - Estacionamento não é responsável por roubo de relógio de luxo. () 2 - TRT da 1ª região - Algoritmo usado pela Uber reforça vínculo empregatício com motorista. () 3 - TJ/SP mantém condenação de humorista por usar imagem de transexual. () 4 - SP - Juiz anula multa de proprietário que alugou apartamento pelo Airbnb. ()

## Colunas

### Investimentos Financeiros

Autor de best-seller financeiro, Gustavo Cerbasi apresenta três mandamentos para investir bem. Confira na coluna do BTG Pactual digital. ()

### Migalhas Notariais e Registrais

Pode um cônjuge doar ao outro imóvel gravado com a cláusula de incomunicabilidade? Como o tema divide opiniões, João Francisco Massoneto Junior e Rafael Gil Cimino tratam dos argumentos das duas correntes existentes sobre o assunto. ()

## Conexão Suíça

Após constatarem o crescimento exponencial de investimentos verdes e produtos verdes, Suíça e Reino Unido preparam novas regulamentações e investigações contra práticas de greenwashing, estratégia que busca vender falsamente ao consumidor a prática de sustentabilidade. Entenda o assunto com o advogado Rafael Carlsson Custódio. ()

## Meio de campo

Na coluna de hoje, o advogado Rodrigo R. Monteiro de Castro trata da "palmeirização" do São Paulo Futebol Clube e da "são-paulinização" do Palmeiras. ()

## Gramatigalhas

A leitora Olinda Camara envia à coluna Gramatigalhas a seguinte mensagem:

"Prezado Dr. José Maria: Em uma revista de bairro da zona oeste vejo constantemente o anúncio de uma escola, cujo slogan é: 'ensinando a aprender a estudar'. Está correto? Não deveria ser 'ensinando a estudar'? Grata".

Se você também quer saber o que o Dr. José Maria da Costa pensa a esse respeito, então .

## Manual de Redação Jurídica

Atendendo a incontáveis pedidos, chegou uma nova tiragem da 6ª edição do "Manual de Redação Jurídica", de autoria do professor e colunista migalheiro José Maria da Costa. Garanta o seu indispensável exemplar. ()

## E-book

Mais de 2.800 respostas a dúvidas de leitores em um clique! Adquira agora a versão digital do "Manual de Redação Jurídica". É só clicar aqui!

## Apoiadores

para conhecer os festejados escritórios de advocacia e departamentos jurídicos que são Apoiadores de nosso poderoso rotativo Migalhas

## Autor Vip Migalhas

Se já era bom ser migalheiro, agora ficou ainda melhor. Você já conhece a seção Autor Vip Migalhas? Agora você pode ter seu perfil de autor em posição de destaque no maior portal jurídico do país. e confira mais detalhes.

## Migalhas de peso

## LGPD

Os advogados Maurício Brum Esteves (Silveiro Advogados) e Andressa Garcia trazem considerações acerca da relação entre o direito da proteção de dados e os métodos autocompositivos de resolução de conflitos, na perspectiva dos agentes de tratamento. ()

## Trabalhadores temporários

Diante do aumento de vendas que acontece todo final do ano, aumenta-se a contratação de trabalhadores temporários. Entenda os direitos desses trabalhadores em texto do advogado Édison Magalhães, do escritório Magalhães Advocacia. ()

## Fraudes processuais

O advogado Ricardo da Costa Alves, da banca Fragata e Antunes Advogados, trata das fraudes processuais coletivas, advindas das novas tecnologias que implicam novas formas de uso fraudulento dos processos e novas técnicas de identificação e anulação das mesmas. ()

"Quis custodiet ipsos custodes?"

O advogado Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, do es-



critório Dal Pozzo Advogados, levanta a questão "quem fiscaliza os fiscais?". Para o autor, "os parlamentares usam essa desculpa de querer fiscalizar o fiscal (MP) para, em verdade, manietá-lo." ()

## Tese do século

Ana Carolina Cortez, da banca Braga & Garbelotti - Consultores e Advogados, tece comentários sobre o encerramento do julgamento sobre a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da Cofins e o parecer da PGFN favorável aos contribuintes. ()

## Impostos

Do escritório Homero Costa Advogados, o advogado Gustavo Pires Maia da Silva, fala das decisões favoráveis aos contribuintes que determinam a aplicação do valor venal do imóvel utilizado para o cálculo do IPTU para efeitos de apuração do ITBI, assim como para o ITCD nas operações que envolvam bens imóveis. ()

## Brinquedos

Ao trazer para debate o Dia das Crianças, celebrado ontem, Mariana Benfati e Natalia Gigante, da banca Daniel Advogados, alertam para os golpes e brinquedos falsificados. ()

## Sindicatos na pandemia

Presidente da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa do IAB, Gilberto Garcia aborda o esvaziamento da atuação institucional dos sindicatos na pandemia. ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiaadores de Migalhas

## Webinar

## Profissão jurídica

Migalhas e Thomson Reuters realizam dia 20/10, às 10h, o webinar "Como se adequar às novas formas de trabalho e como fazer uma releitura do futuro da profissão jurídica?". ()

## Tecnologia no pós-pandemia

Com o objetivo de abordar quais foram os impactos da pandemia na rotina dos escritórios de advocacia, como a tecnologia ajudou na adaptação e quais são as perspectivas para o pós-pandemia, Migalhas realiza no dia 20/10, às 17h, o webinar "A tecnologia e a operação do escritório de advocacia no pós-pandemia", em parceria com o PeticionaMais. Inscreva-se! ()

## Sucessão e testamento

Para lançar uma ferramenta online exclusiva de sucessão e testamento, Migalhas realiza webinar dia 27/10, às 17h. O encontro conta com a participação de Adriana Chieco, advogada especializada em Direito de Família e Sucessões, e Cristiano Pereira, gerente de Mobilização de Recursos do CICV. ()

## Temas Trabalhistas Contemporâneos

"Temas Trabalhistas Contemporâneos" serão discutidos pelos especialistas Juliana Ono e Homero Batista no webinar que Migalhas realiza em parceria com a Thomson Reuters no dia 28/10, às 10h. ()

## Baú migalheiro

Em 13 de outubro de 1982, há 39 anos, começava a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, quando foram concluídas as obras da barragem e as comportas do canal de desvio foram fechadas. Nesse período, as águas subiram 100 metros e chegaram às comportas do vertedouro às 10 horas do dia 27 de outubro, devido às chuvas fortes e enchentes que ocorreram na época. Em 5 de maio de 1984, entrou em operação a primeira unidade geradora de Itaipu. As 20 unidades geradoras foram sendo instaladas ao ritmo de duas a três por ano.

(Compartilhe)

## Sorteio

Colocar em discussão e fazer uma análise retórica e jurídica da lei de inclusão e seus efeitos persuasivos. Este é o objetivo da obra "Da Deficiência à Eficiência" (Ribeirão Gráfica Editora - 171p.), do advogado Acir de Matos Gomes. Dois migalheiros serão premiados pelo autor. ()

## Novidades

Está disponível a 2ª edição da obra "Direito, Processo e Tecnologia", da Thomson Reuters - Revista dos Tribunais. O livro aborda, em caráter especial, as duas perspectivas advindas das relações entre o processo e a tecnologia. () Uma abordagem clara e objetiva do complexo sistema tributário brasileiro você encontra no livro "Manual de Direito Tributário - Vol. 4", de Carlos Alexandre Domingos Gonzales, lançamento da Editora Mizuno. Confira! ()

## Migalhíssimas

Acontece hoje e amanhã o "CIArb + Miami Law School Programa de Capacitação em **Arbitragem** e Mediação". Joaquim de Paiva Muniz (Trench Rossi Watanabe) participa hoje dando dicas para poupar tempo e custos em arbitragem. () Amanhã, a partir das 10h30, o Sinepe Norte vai realizar o webinar "Contrato de prestação de serviços educacionais para o ano de 2022: cuidados na formalização e publicidade". José Roberto Covac, sócio da banca Covac - Sociedade de Advogados e da Expertise Educação, vai participar junto com Rodrigo Capelato, diretor executivo do Sinesp e sócio da Expertise Educação. Élio Soares Ribeiro, presidente do Sinepe Norte, será o moderador do bate-papo. Inscrições por e-mail, . Pedro Marcos Nunes Barbosa, sócio do escritório Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, palestrará amanhã, às 14h, sobre "A ENPI e seu significado no contexto do direito da

**propriedade** industrial da política de ciência, tecnologia e inovação e o papel do **INPI**", em evento promovido pela AFINPI. O evento é gratuito e será transmitido através da plataforma Zoom. () Ana Carolina Monteiro, head de reestruturação e insolvência do escritório Kincaid | Mendes Vianna Advogados Associados, participa do "XIII Congresso TMA Brasil de Reestruturação e Recuperação de Empresas", no painel "Insolvência Transnacional: Experiências Norte Americana, Europeia e Brasileira", que acontece dia 15/10, às 9h10. () Diógenes Gonçalves, sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados, será palestrante no webinar "Insurance market in Ibero-America: responses in the post-COVID world", organizado pela Insuralex. Com as mudanças trazidas pela pandemia, o mercado de seguros ibero-americano teve que se adaptar à situação ao desenvolver novos produtos para responder às demandas da sociedade. No evento, especialistas de diferentes países irão discutir sobre os desafios e soluções encontradas por este segmento. Dia 19/10, às 9h. () Dias 21 e 22/10, acontece o "3º Congresso de Processo Empresarial". O Congresso conta com o apoio da Fundação Arcadas, é organizado por Comissão integrada por Guilherme Setoguti, sócio de Monteiro de Castro, Setoguti Advogados, e é patrocinado pelo escritório. O evento será integralmente virtual e contará com grandes nomes do Direito, inclusive com os ministros Luís Roberto Barroso e Paulo de Tarso Sanseverino. () Em comemoração aos 33 anos da Constituição, a OAB/RJ, subseção Barra da Tijuca, por meio da Comissão do Comércio Exterior, reuniu, dia 7/10, especialistas sobre o tema "Diplomacia, Direito e Comércio Exterior" em plenário virtual. O ciclo de palestras contou com a abertura de Giselle Farinhas, presidente da Comissão do Comércio Exterior e sócia do escritório Giselle Farinhas Advogados. () Os advogados criminalistas Leonardo Magalhães Avelar e Beatriz Esteves (Avelar Advogados) apresentam a pauta penal dos julgamentos relevantes do STF para conhecer a principal questão criminal da semana.

Fluxos e procedimentos

Hoje, das 19 às 21h, acontece a 16ª edição do "Curso Manual de Fluxos e Procedimentos". Aprenda como elaborar o "Manual de Fluxos e Procedimentos" do seu escritório de advocacia, de acordo com o método Samantha Albini e Radar - Gestão para Advogados, orientado pelas regras da ISO 9001, adaptável a todos os softwares de gestão. ()

## Boas práticas regulatórias

IBRAC promove, amanhã e dia 26/10, o seminário gratuito "Mercosul Sobre Boas Práticas Regulatórias", das 10 às 13h. O objetivo do evento é aperfeiçoar o entendimento sobre a estreita relação entre boas práticas regulatórias, comércio internacional e integração regional, bem como sobre o impacto positivo em termos de economia e efetividade para o Estado, custos e competitividade para os fabricantes e preços, segurança e qualidade para os consumidores. Participe! ()

## Reforma tributária

Dia 18/10, às 18h, o CESA promove a "Reunião de Associadas", com o tema "Reforma Tributária". Transmissão ao vivo pelo canal do CESA no YouTube. Participe! ()

## Arbitragem

Os constantes avanços e as transformações recentes do mercado de arbitragem ensejam novas discussões sobre o momento atual e o futuro do setor. É nesse contexto que o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá realiza o "VIII Congresso CAM-CCBC de Arbitragem", nos dias 18 e 19/10. A edição deste ano será 100% digital e gratuita. ()

## Execução Civil

AASP promove de 19 a 21/10, às 19h, o curso online "Temas Relevantes da Execução Civil", com o objetivo de debater temas relevantes da execução, tra-

tando de questões enfrentadas pelo advogado no seu exercício profissional. Tudo enfrentado sob uma perspectiva atual e prática. Concorra a uma vaga-cortesia. ()

## Direito Empresarial

CEU Law School promove o programa "Executive LL.M. em Direito Empresarial", que prepara líderes para enfrentarem os atuais desafios do mercado empresarial e para atuarem de modo estratégico na direção jurídica, especialmente necessária para a retomada do crescimento sustentável dos negócios. Com duração de seis meses, as aulas terão início dia 3/11, quinzenalmente, às quartas-feiras, das 9 às 17h45. Inscreva-se! ()

## Marketing estratégico

BuscaJur, em parceria com a especialista Juliana Pacheco, promove o curso online "Marketing Estratégico para Advogados - do planejamento à execução conforme Provimento 205/2021". ()

## Técnicas de negociação

A FGV Direito SP (FGV LAW) abriu as inscrições para os cursos de pós-graduação lato sensu e para os cursos de curta duração com início no primeiro semestre de 2022. Dentre as 12 opções de cursos de curta duração, está o "Técnicas de Negociação no Ambiente Jurídico". Confira! ()

## Resultado

Sorteio de obra : A obra "Controle Jurisdicional Preventivo da Lei" (Lumen Juris - 2ª edição - 326p.), de Sebastião G. M. Tavares, vai para Renato Motta Molinari, advogado em Joinville/SC. ()

## Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

## Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, ah, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Taperoá

PE/Condado

PI/Monte Alegre do Piauí

RO/Castanheiras

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Supply Gridlock And Virus Hinder Global Recovery"

The Washington Post - EUA

"Seeing options, millions quit jobs"

Le Monde - França

"Samuel Paty: un traumatisme durable"

Corriere Della Sera - Itália

"Green pass: orari e controlli"

Le Figaro - França

"Le plan de Macron pour moderniser l'industrie"

Clarín - Argentina

"Fernández pateó para el año próximo el acuerdo con el Fondo Monetario"

El País - Espanha

"El Reino Unido amenaza a la UE con una guerra comercial para reabrir el Brexit"

Público - Portugal

"Lei contra discriminação nos seguros de vida inclui cancro, VIH e diabetes"

Die Welt - Alemanha

"Ampel-Koalitionist 'auf gutem Weg'"

The Guardian - Inglaterra

"EU to offer olive branch on Northern Ireland goods"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Volta à aula presencial será obrigatória em SP a partir de 2ª feira"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Trabalho por conta própria é saída para 25 milhões no país"

O Globo - Rio de Janeiro

"Endividamento das famílias bate recorde e ameaça crescimento"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Transmissão da covid no Brasil atinge menor taxa"

Correio Braziliense - Brasília

Continuação: MIGALHAS nº 5.206

"Pátria amada não pode ser pátria armada"

Zero Hora - Porto Alegre

"Estado perderia quase R\$ 1 bi em receita com novo cálculo de ICMS"

O Povo - Ceará

"O que segura Paulo Guedes no governo Bolsonaro"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Escolha do cliente sobre compra de energia em pauta"

## Brinquedos falsificados: Uma economia que pode custar caro

Seja no ambiente online ou nas gondolas e prateleiras das lojas, é importante que os pais tenham cautela na hora de escolher bem o presente de Dia das Crianças para não cair em golpes e colocar a vida dos pequenos em risco. Brinquedos falsificados: Uma economia que pode custar caro Mariana Benfati e Natalia Gigante  
Seja no ambiente online ou nas gondolas e prateleiras das lojas, é importante que os pais tenham cautela na hora de escolher bem o presente de Dia das Crianças para não cair em golpes e colocar a vida dos pequenos em risco. quarta-feira, 13 de outubro de 2021

(Imagem: Arte Migalhas)

Chegamos ao Dia das Crianças, ocasião mais esperada do ano pelos pequeninos brasileiros e uma das mais temida pelos pais em virtude do alto custo com presentes.

Nas gondolas e prateleiras de lojas populares de todo país, bonecas, carrinhos e jogos de todos os tipos são encontrados a preços módicos, muito inferiores aos valores habitualmente praticados no mercado. É justamente nessa época que esses produtos falsificados pulverizam o comércio e colocam em risco a vida dos seus ingênuos consumidores.

Os brinquedos falsificados são comumente produzidos na China, e ingressam no nosso país de forma clandestina. Seja pela via terrestre, através das nossas extensas fronteiras com países como Paraguai e Uruguai, ou pela via marítima e aérea pelos Portos e Aeroportos, que dificilmente possuem recursos para fiscalizar o alto volume de containers ou pacotes que desembarcam no Brasil e são distribuídos país adentro.

Embora a **pirataria**, (nome popular designado para contrafação marcária) seja um crime que ainda é culturalmente visto como inofensivo pela maior parte da

população, em especial em se tratando de brinquedos falsificados, o que preocupa é que a maior gama desse material não passa por qualquer tipo de controle de qualidade antes de inserido no mercado.

Um brinquedo original, antes de chegar até as lojas, passa pelos mais variados testes para garantir que o produto não apresenta nenhum tipo de defeito ou material tóxico que porventura coloque em risco a vida das crianças.

Em contrapartida, brinquedos falsificados podem apresentar peças pequenas, pontiagudas que facilmente se destacam e materiais tóxicos ou inflamáveis em sua composição. Não são raros os casos de crianças que foram hospitalizadas em virtude de engasgamentos e intoxicação causados por brinquedos fora dos padrões de qualidade da INMETRO. O barato pode sair muito caro!

No nosso país, todo brinquedo comercializado deve ser certificado, independentemente de ser fabricado no Brasil ou importado. Essa certificação denominada compulsória, é realizada pelo INMETRO, e é balizada na Norma Mercosul NM 300/2002. Tal processo de certificação garante que o produto analisado não é impróprio para consumo. Isso significa dizer que tais materiais são examinados por laboratórios credenciados ao INMETRO e passam por variados testes antes de receberem autorização para serem inseridos no mercado, de forma a garantir que não apresentam riscos para seus consumidores mirins.

Nos mesmos moldes, o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) prevê, em seu art. 6º, a proteção da vida, saúde e segurança contra riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços; e a educação e divulgação sobre o seu consumo adequado.

Continuação: Brinquedos falsificados: Uma economia que pode custar caro

Portanto, nossa legislação, em conjunto com os órgãos fiscalizadores e suas normas de segurança, buscam proteger os consumidores de vícios que porventura possa apresentar, responsabilizando o fabricante por quaisquer incidentes que venham a ocorrer em razão da falta de qualidade do produto adquirido.

Toda essa proteção e garantias caem por terra quando falamos sobre produtos falsificados, mais precisamente brinquedos. Primeiro por não ter conhecimento sobre a procedência do produto. Raras são as vezes em que encontramos em suas embalagens, informações básicas sobre fabricação, composição química e a faixa etária destinada.

Além do comércio de brinquedos contrafeitos nas ruas, um cenário atual que chama atenção é a comercialização desses produtos no ambiente online. Em decorrência das necessidades de isolamento envolvendo a pandemia do Covid-19, o mercado online ganhou maior relevância tanto para os vendedores, que sofreram prejuízos em suas lojas físicas, quanto para os consumidores, que seguem em busca do suprimento de suas necessidades de consumo.

Esta situação se mostrou evidente no alto crescimento do comércio online, incluindo as datas comemorativas. No ano passado, as compras online relacionadas ao Dia das Crianças cresceram 19% em relação ao ano anterior, resultando em um faturamento de cerca de 3,1 bilhões de reais (E-BIT/Nielsen).

Se, por um lado, a compra online oferece diversas vantagens aos consumidores como maior comodidade na compra, maior possibilidade de comparação entre preços e acesso à maior variedade de produtos, a mesma deve ser realizada com atenção para que seja evitada a compra de produtos contrafeitos.

O ambiente online impõe alguns desafios quando se trata de **pirataria**. Por exemplo, na rede, há maior di-

ficuldade na identificação de vendedores e de produtos contrafeitos, uma vez que não há a experiência sensorial, que, muitas vezes, permite a identificação do produto falso em vista de sua baixa qualidade. Ainda, não raro, são usadas imagens de produtos originais para ilustrar anúncios de **produtos** piratas.

Considerando o potencial danoso envolvido na compra de um brinquedo falsificado, recomenda-se atenção redobrada na compra dos mesmos, como escolha por vendedores e lojas oficiais. Embora seja tentador, cabe desconfiar de preços muito abaixo dos praticados no mercado e de vendedores em marketplaces que possuam baixa reputação. Ainda, uma busca rápida pelo nome da loja em portais relacionados a reclamações e direitos do consumidor pode poupar muitas dores de cabeça.

É importante lembrar que, além dos claros danos aos quais os consumidores, principalmente as crianças, podem sofrer em decorrência do usufruto de um produto falso, a comercialização de **produtos** piratas gera danos aos titulares das marcas, à saúde concorrencial do mercado, bem como à própria sociedade.

Os titulares são prejudicados principalmente pelo desvio de clientela e pela possibilidade de terem suas reputações prejudicadas por serem associados aos produtos de baixa qualidade. No entanto, não são apenas os titulares que sofrem com a concorrência desleal. Além destes, os demais vendedores, que atuam de forma lícita, a partir da venda de produtos licenciados ou no investimento de seus próprios produtos, podem ser prejudicados por não conseguirem praticar preços tão baixos.

Finalmente, a sociedade como um todo sofre com a problemática da **pirataria**, uma vez que tais produtos e suas cadeias de produção e distribuição se desenvolvem sem a devida observância ao pagamento de impostos, que poderiam ser usados em benefícios para a população. De acordo com o Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade - FNCP, o mon-

Continuação: Brinquedos falsificados: Uma economia que pode custar caro

tante deixado de arrecadar pelo país no último ano em decorrência da **pirataria** alcançou R\$ 287,9 bilhões, número bastante expressivo e que faz falta no orçamento. Sendo assim, seja no ambiente online ou nas gondolas e prateleiras das lojas, é importante que os pais tenham cautela na hora de escolher bem o presente de Dia das Crianças para não cair em golpes e colocar a vida dos pequenos em risco.

Atualizado em: 13/10/2021 08:19 Mariana Benfati Sócia da Daniel Advogados. Natalia Gigante Sócia da Daniel Advogados e Mestre em **Propriedade** Intelectual e Inovação.



## Índice remissivo de assuntos

**Marco** regulatório | INPI  
3, 4, 6

**Arbitragem** e Mediação  
3

**Propriedade** Industrial  
6

**Propriedade** Intelectual  
14

**Pirataria**  
14